

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(Processo SEI 0000192-15.2025.5.17.0500)

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO**

O TRT-17 tem enfrentado dificuldades operacionais para realizar, de forma regular, com qualidade institucional e acessibilidade, eventos oficiais, campanhas e demais ações voltadas à promoção da cidadania e ao relacionamento com a sociedade. Tais dificuldades decorrem da inexistência de solução contratual vigente para a prestação dos serviços de **transporte de pessoas, cerimonial, audiodescrição, ornamentação e decoração de ambientes e fotografia**.

A ausência desses serviços compromete a realização de eventos de pequeno, médio e grande porte, exigindo, por vezes, contratações urgentes, retrabalho e sobrecarga de pessoal, o que pode vir a prejudicar a eficiência, a imagem institucional e a efetiva prestação dos serviços públicos com padrão de qualidade e inclusão. Além disso, a falta de recursos de acessibilidade fere o princípio da universalização do acesso, especialmente para pessoas com deficiência visual.

A necessidade institucional é recorrente, conforme evidenciado pelas manifestações da Diretoria-Geral (Diger), da Secretaria da Escola Judicial (Sejud) e da Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM), todas constantes nos autos. A Diger, em e-mail datado de 05/02/2025, apontou a urgência da instrução do processo para atendimento a diversas ações oficiais, citando, como exemplo, o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) - uma iniciativa da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) voltada à promoção da cidadania e à difusão de direitos constitucionais, trabalhistas e sociais, com a participação direta de magistrados, professores, estudantes e membros da comunidade. Tal programa exige deslocamento, ambientação e condução protocolar compatíveis com sua natureza pedagógica e institucional.

A Sejud destacou a importância dos serviços de transporte e de cerimonial, bem como os de ornamentação e decoração de ambientes em eventos institucionais, garantindo ambientação protocolar adequada e coerente com a identidade visual e a dignidade da Justiça do Trabalho. A CCOM, por sua vez, evidenciou a necessidade da atuação de cerimonialistas, da prestação de serviços de fotografia - essenciais para o registro e divulgação institucional - e da audiodescrição, recurso fundamental para a promoção da acessibilidade em eventos transmitidos ao público, em especial à população com deficiência visual.

A inclusão da audiodescrição no escopo da contratação atende ao disposto no art. 4º, inciso I, da Resolução CNJ n.º 401/2021, que determina ao Poder Judiciário a implementação de todos os meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, incluindo expressamente a audiodescrição, como forma de garantir o pleno acesso à

informação por todas as pessoas.

Cabe ainda destacar que, embora inicialmente prevista neste processo e destacada como necessária pela Sejud, a contratação de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) está sendo conduzida de forma autônoma no processo SEI n.º 0001947-11.2024.5.17.0500, conforme deliberação administrativa registrada nos citados autos.

A presente contratação, portanto, busca resolver a lacuna existente quanto à disponibilidade contínua e regular dos serviços de suporte logístico, estético, comunicacional e de acessibilidade aos eventos institucionais, viabilizando ações com os padrões de qualidade, de eficiência, de inclusão e de transparência exigidos pela legislação, pelas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e pelo compromisso institucional da Justiça do Trabalho.

## **2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI), AO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS) E À PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA), OBSERVANDO OS TEMAS E INDICADORES DEFINIDOS NOS REFERIDOS INSTRUMENTOS**

A presente contratação está alinhada a diversos instrumentos de planejamento institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, notadamente ao Plano Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026 (revisado em 2024), ao Plano de Logística Sustentável (PLS) 2022-2026 (versão 2025) e ao Plano de Contratações Anual (PCA) 2025.

No âmbito do Planejamento Estratégico, a contratação contribui para o cumprimento dos seguintes objetivos estratégicos:

- Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais, ao viabilizar eventos, campanhas e projetos institucionais que ampliam a interação com a sociedade e promovem o papel da Justiça do Trabalho;
- Promover o trabalho decente e a sustentabilidade, incorporando critérios de acessibilidade, como a audiodescrição, e da valorização da diversidade, da cidadania e da dignidade no serviço público;
- Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão, garantindo que ações institucionais ocorram com visibilidade, registro e divulgação adequados, contribuindo para a *accountability* e para o fortalecimento da imagem institucional;
- Fortalecer a governança e a gestão estratégica, ao integrar ações de comunicação institucional, acessibilidade e organização logística no planejamento contínuo do órgão.

A contratação também se insere no escopo do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRT-17, principalmente na diretriz relacionada à ampliação de contratações sustentáveis, como é o caso em tela, que envolve acessibilidade e inclusão (notadamente pelos serviços de audiodescrição).

Adicionalmente, a demanda encontra-se parcialmente incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025, conforme registro no item 3 da seção referente à

Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM), localizado à página 78 do referido plano, em consonância com o disposto no ATO TRT 17.<sup>a</sup> PRESI n.º 120/2019, que regulamenta as contratações no âmbito do Tribunal.

Links para os instrumentos de governança: [Planejamento Estratégico Institucional](#), [Plano de Logística Sustentável](#) e [Plano de Contratações Anual](#).

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, CONTENDO, INCLUSIVE, CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE, QUANDO APLICÁVEIS**

Para a definição da solução mais adequada à necessidade institucional descrita neste Estudo Técnico Preliminar, identificam-se os seguintes requisitos mínimos da contratação, entendidos como os necessários e suficientes à escolha da solução, nos termos do art. 18, §

1º, III, da Lei n.º 14.133/2021 e conforme interpretação dada pelo Enunciado 32 do 2.º Simpósio Nacional de Licitações e Contratos do Conselho da Justiça Federal (CJF):

- A contratação deverá prever serviços especializados aptos a oferecer suporte técnico, logístico, estético, comunicacional e de acessibilidade à realização de eventos oficiais do TRT da 17<sup>a</sup> Região, internos ou externos, conforme demanda institucional;
- A solução contratada deve atender com agilidade e flexibilidade, inclusive fora do horário comercial, em diversas localidades do Espírito Santo, garantindo padronização de qualidade, previsibilidade e capacidade de pronta resposta;
- O serviço de transporte de pessoas deve atender à necessidade de deslocamento de magistrados(as), servidores(as), colaboradores(as) e convidados(as) para eventos e ações institucionais, com segurança, pontualidade e disponibilidade conforme demanda;
- O serviço de cerimonial deve ser apto a conduzir atos protocolares com fluência, formalidade e vestimenta adequadas, domínio da linguagem institucional e adaptação a diferentes formatos de eventos, bem como coordenar as equipes envolvidas na execução e elaborar roteiros conforme diretrizes pré-estabelecidas;
- O serviço de audiodescrição deve assegurar acessibilidade comunicacional a pessoas com deficiência visual, com base no art. 4º, I, da Resolução CNJ n.º 401/2021, permitindo participação plena em eventos transmitidos ou presenciais;
- Os serviços de ornamentação e decoração devem atender às necessidades de ambientação institucional com identidade visual compatível com o decoro da Justiça do Trabalho, incluindo praticidade de montagem, desmontagem e eventual reutilização de materiais sustentáveis;
- O serviço de fotografia deve possibilitar o registro e a divulgação institucional dos eventos, garantindo qualidade técnica, entrega digital e respeito à imagem dos participantes;
- Sempre que aplicável, os serviços devem observar critérios de sustentabilidade ambiental e acessibilidade, em consonância com o art. 11 da

Lei n.º 14.133/2021, a Resolução CNJ n.º 401/2021, o Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho e as diretrizes do Plano de Logística Sustentável do TRT-17.

Tais requisitos orientam a escolha da solução mais vantajosa para a Administração, assegurando a efetividade da contratação, sem prejuízo da definição posterior das condições contratuais e eventuais exigências de habilitação no instrumento convocatório.

#### **4. ESTUDOS E A METODOLOGIA DE CÁLCULO UTILIZADA PARA DEFINIR A QUANTIDADE E A QUALIDADE DA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO PRETENDIDA, ACOMPANHADOS DOS DOCUMENTOS QUE LHES DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A SÉRIE HISTÓRICA DE CONSUMO/DEMANDA, SE FOR O CASO**

Para estimar a quantidade e a qualidade dos serviços a serem contratados, a equipe de planejamento considerou a natureza recorrente dos eventos institucionais, os registros de demandas anteriores e a programação prevista para o restante do ano de 2025 e para parte de 2026 (ou seja, horizonte de 12 meses). Foram especialmente consideradas as informações fornecidas pela Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM) e pela Secretaria da Escola Judicial (Sejud), áreas diretamente envolvidas na realização dos eventos do TRT da 17ª Região.

Em caráter complementar, especialmente no caso dos serviços de transporte, foram consideradas as contratações do TRT-17 nos exercícios de 2023, 2024 e 2025 (até o momento da elaboração do ETP). Parte dessa demanda fora explicitada anteriormente no Despacho PRESI/DIGER/SEADM N°

69/2025 (SEI 1207830), após consulta ao rol de contratações diretas do TRT-17 no portal [Compras.gov](https://compras.gov.br) nos citados exercícios.

Conforme demonstrado nos autos, há uma expectativa de manutenção e até mesmo expansão das ações institucionais, com destaque para eventos como:

- Sessões solenes, premiações e homenagens;
- Seminários, campanhas institucionais e fóruns de cidadania;
- Atividades com execução parcial ou totalmente externa, como o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC);
- Ações presenciais de capacitação, como oficinas, palestras e painéis;
- Atos oficiais com transmissão ao vivo ou registro audiovisual.

Ressalte-se que, por se tratar da primeira contratação da demanda que agrupe tantas necessidades, há uma incerteza inerente na estimativa, razão pela qual será necessário arbitrar determinadas quantidades. Entendemos que essa conduta se encontra justificada pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em especial se considerarmos as dificuldades reais do gestor no caso concreto.

Nesse sentido, com a proximidade dos 35 anos de criação do TRT-17, a serem comemorados em 2026, é esperado um conjunto de iniciativas que poderá demandar os serviços objeto deste estudo. Diante disso, mostra-se oportuno e necessário o planejamento antecipado de soluções capazes de atender de forma adequada a tais demandas.

Ante o exposto, consolidamos os seguintes quantitativos aproximados de demanda:

## Estimativa de Quantidades Anuais - Serviços para Eventos Institucionais

Serviço	Quantidade Estimada	Unidade
<b>Transporte de pessoas (Grupo 1)</b>		
Transporte em Sprinter ou veículo equivalente - 17 lugares (Grande Vitória para Sede do TRT-17 e vice-versa) - ida e volta	16	veículo/diária
Transporte em micro-ônibus ou veículo equivalente - 20 lugares (Grande Vitória para Sede do TRT-17 e vice-versa) - ida e volta	20	veículo/diária
Transporte em ônibus ou veículo equivalente - 40 lugares (Grande Vitória para Sede do TRT-17 e vice-versa) - ida e volta	25	veículo/diária
Transporte em Sprinter ou veículo equivalente - 17 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - até 150 km)	1500	Km
Transporte em micro-ônibus ou veículo equivalente - 20 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - até 150 km)	1500	Km
Transporte em ônibus ou veículo equivalente - 40 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - até 150 km)	3000	Km
Transporte em Sprinter ou veículo equivalente - 17 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - acima de 150 km)	1800	Km

Transporte em micro-ônibus ou veículo equivalente - 20 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - acima de 150 km)	1800	Km
Transporte em ônibus ou veículo equivalente - 40 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - acima de 150 km)	3600	Km
<b>Serviços de audiodescrição (Grupo 2)</b>		
Audiodescrição - simultâneo presencial (Sede do TRT-17)	30	hora
Audiodescrição - simultâneo remoto	10	hora
<b>Serviços de cerimonial, fotografia e ornamentação (Grupo 3)</b>		
Cerimonialista (coordenador)	45	Diária (8 horas), que podem ser fracionadas conforme a necessidade (0,25 diária ou 0,5 diária)
Mestre de cerimônias (Sede do TRT-17)	60	Evento de até 2 h
Mestre de cerimônias (Sede do TRT-17)	15	Evento de até 4 h
Mestre de cerimônias (Sede do TRT-17)	10	Evento de 4h a 8h
Recepcionista (Sede do TRT-17)	20	Evento de até 2 h
Recepcionista (Sede do TRT-17)	25	Evento de até 4 h
Recepcionista (Sede do TRT-17)	25	Evento de 4h a 8h
Mestre de cerimônias (Unidades do TRT-17, exceto Sede)	35	Evento de até 2 h
Mestre de cerimônias (Unidades do TRT-17, exceto Sede)	2	Evento de até 4 h
Mestre de cerimônias (Unidades do TRT-17, exceto Sede)	4	Evento de 4h a 8h

Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória)	40	Evento de até 2 h
Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	10	Evento de até 2 h
Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória)	35	Evento de até 4 h
Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	19	Evento de até 4 h
Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória)	20	Evento de 4h a 8h
Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	10	Evento de 4h a 8h
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória)	20	Evento de até 2 h
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	5	Evento de até 2 h
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória)	5	Evento de até 4 h
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	1	Evento de até 4 h
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória)	5	Evento de 4h a 8h
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	1	Evento de 4h a 8h

Locação de arranjo baixo de mesa (Sede do TRT-17)	40	Unidade/dia
Locação de arranjo frontal para mesa de solenidade (Sede do TRT-17)	20	Unidade/dia
Locação de cadeiras com estofado, sem rodinhas e sem braço para composição da mesa de solenidade e áreas adjacentes ao palco (Sede do TRT-17)	280	Unidade/dia
Locação de passadeira (tapete) medindo, no mínimo, 4 m x 1,5 m (Sede do TRT-17)	5	Unidade/dia

Como dito, esses quantitativos refletem uma estimativa conservadora baseada na agenda institucional prevista, podendo ser ajustados conforme a disponibilidade orçamentária e a definição do modelo de contratação. Os quantitativos foram estimados com base em três fontes principais: (i) a planilha disponibilizada pela CCOM (SEI 1212767), (ii) a manifestação do Secretário da Escola Judicial (SEI 1210742), (iii) o histórico de contratações do Tribunal e (iv) a necessidade de acréscimos pontuais para evitar descontinuidade nos serviços, especialmente considerando o fato de que essa é a primeira contratação nos citados moldes.

A modelagem da contratação (por item, por lote ou por demanda) será definida com base no levantamento de mercado e nas diretrizes de economicidade e padronização que vierem a ser identificadas na fase seguinte do planejamento.

Por ora, foi pensado o seguinte:

- É possível, a partir da demanda, formar 03 (três) grupos, dada a conveniência, a oportunidade e a pertinência temática: transporte de pessoas (Grupo 01), audiodescrição (Grupo 02) e cerimonial, fotografia e ornamentação (Grupo 03);
- Especificamente em relação ao Grupo 03, a aglutinação foi pensada por questões de organização: há maior sinergia na execução dos serviços quando o cerimonial pertence ao mesmo contratado da fotografia e da ornamentação, pois isso facilita a atribuição de responsabilidades e o exercício das funções de supervisão, direção e comando. Em termos práticos, também traz vantagens relacionadas à simplificação da fiscalização por parte do TRT-17. Decerto, é possível que parte dos serviços venham a ser subcontratados. Mas esse agrupamento é observado em outras contratações públicas, por exemplo: TRT-24 - serviços de recepção e mestre de cerimônia (Processo Administrativo n.º 786/2025); Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná (PE 32/2014, Processo Administrativo n.º 0004197-08.2014.4.04.8003); Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Pernambuco (Ata de Registro de Preços n.º 06/2023, Processo Administrativo n.º



0370033.00000021/2023-53);

- Quanto ao transporte (Grupo 01), a demanda está registrada no processo SEI n.º 0000432-04.2025.17.5.0500, referente ao Programa TJC - exercício 2025. A partir dele e da expectativa de eventos do Tribunal, chegamos a uma estimativa de transporte na Grande Vitória (com preenchimento dos quantitativos pela Escola Judicial e cálculo residual para o restante do Tribunal). Para eventos em outras localidades do Espírito Santo (ES), entendemos conveniente a precificação de acordo com a quilometragem rodada, dividindo-a em duas faixas: até 150 km e acima de 150 km. Isso porque, considerando o TRT-17 como ponto médio dos percursos até os extremos do ES, a distância máxima percorrida do Tribunal a um desses extremos não supera 300 km. E, para ilustrar, o Instituto Federal Farroupilha precificou os serviços de transporte por faixas de km (PE 90.0045/2024, Processo Administrativo n.º 23873.000325/2024-02).

•

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO COM ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÕES E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA E DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

A presente contratação visa atender à demanda recorrente de suporte logístico, técnico, cerimonial e de acessibilidade para eventos institucionais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. Esses eventos integram a estratégia de aproximação com a sociedade, promovem a capacitação de magistrados e de servidores, fortalecem a imagem institucional e a promoção de políticas públicas de inclusão, conforme diretrizes do Planejamento Estratégico do Tribunal e da Resolução CNJ n.º 401/2021.

Além disso, o serviço de cerimonial, mestre de cerimônias e organização de eventos encontra respaldo técnico no ATO TRT 17ª

PRESI N.º 11/2025, que regulamenta o protocolo cerimonial do Tribunal, estabelecendo parâmetros oficiais de precedência, condução de autoridades e execução de solenidades.

### a. Análise das alternativas de solução

Alternativa	Avaliação técnica	Avaliação econômica	Conclusão
Execução direta pelos servidores do TRT-17	Inviável pela inexistência de equipe técnica com capacitação específica e tempo disponível para eventos institucionais.	Elevado custo de oportunidade e risco de desvio de função.	Inviável

<b>Alternativa</b>	<b>Avaliação técnica</b>	<b>Avaliação econômica</b>	<b>Conclusão</b>
Convênios/parcerias com outras instituições	Baixa previsibilidade e risco de descontinuidade ou de sobreposição de agendas.	Economia incerta e dependência externa.	Pouco viável
Contratação avulsa por evento	Alto custo administrativo, fragmentação da contratação e risco de ausência de fornecedor em prazos curtos.	Menor economicidade e maior tempo de tramitação de processos.	Pouco viável
Contratação por itens ou lotes por demanda (SRP)	Permite planejamento, flexibilidade, padronização e adequação às agendas institucionais.	Maior competitividade, menor custo unitário e execução conforme necessidade real.	Adequada

**b. Justificativa para não adoção de serviço continuado nem cessão de mão de obra**

A contratação sob regime de serviço continuado ou mediante alocação de postos de trabalho não se mostra adequada ao caso concreto, tendo em vista:

- a natureza esporádica e variável dos eventos institucionais;
- a imprevisibilidade de datas, duração e escala das atividades;
- o risco de ociosidade dos profissionais, especialmente em semanas sem eventos;
- e a inadequação do modelo de postos fixos para serviços artísticos, técnicos ou de logística vinculados a atividades pontuais.

Tais características tornam mais vantajosa a contratação por demanda, com base em quantidade estimada de diárias ou atividades por evento, compatível com a realidade do TRT-17 e com a economicidade exigida pelo art. 11 da Lei n.º 14.133/2021.

**c. Levantamento de mercado - Contratações similares**

Diversos órgãos e entidades públicas adotam solução semelhante à pretendida pelo TRT-17, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP) e escopo fracionado por itens. Destacam-se:

- Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Pernambuco

- (CRMV-PE) - Ata n.º 6/2023: registro de preços para serviços de foto/filmagem/transmissão/cerimonial e recepção de eventos, sob demanda;
- TRT-2 (SP) - Ata n.º 4/2022: registro de preços para serviços de audiodescrição;
  - Justiça Federal de Primeiro Grau no Ceará (JFCE) - PE N.º 90.002/2024: registro de preços para serviços fotográficos;
  - Instituto Federal Farroupilha (IFFar) - PE N.º 90.0045/2024: registro de preços para serviços de transporte rodoviário (van e micro-ônibus).

Esses precedentes confirmam a viabilidade jurídica, técnica e econômica da contratação dos serviços por demanda, por item e com escopo compatível ao adotado pelo TRT-17.

#### **d. Justificativa técnica e econômica da solução escolhida**

A divisão do objeto por item permite a especialização da contratação, ampliação da competitividade e o controle técnico de qualidade por tipo de serviço. O modelo atende aos princípios da economicidade e da eficiência, evita contratações fragmentadas ou emergenciais e possibilita resposta célere a demandas institucionais.

Além disso, a adoção do SRP possibilita:

- melhor gestão orçamentária e contratual;
- flexibilidade no atendimento à programação institucional;
- padronização e observância às normas de acessibilidade e protocolo.

Considerando que as atas de registro de preços (ARPs) a serem firmadas terão vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, havendo a prorrogação, os quantitativos consignados em ata serão renovados, conforme Enunciado 42 do 2.º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal:

**Enunciado 42** No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório.

Essa opção legítima decorre do fato de que o cálculo do quantitativo considera uma previsão anual de eventos, conforme estimativas consignadas no processo, razão pela qual se faz conveniente a renovação dos quantitativos fixados no instrumento.

Nesse sentido (opção pelo SRP), uma digressão é necessária. Considera-se que a própria existência das atas de registro de preços, ao facilitar o acesso ao objeto registrado e desburocratizar novas contratações, tende a induzir o aumento da demanda pelos itens nela registrados, fenômeno conhecido na literatura como demanda induzida pela oferta. Tal efeito é particularmente relevante em contratações por (SRP), em que a padronização e a disponibilidade imediata incentivam a adesão por parte das unidades demandantes. Nesse contexto, justifica-se a previsão de uma margem de segurança (folga) nos quantitativos estimados, com o intuito de garantir a suficiência da ata frente a possíveis incrementos na demanda decorrentes de sua própria disponibilidade. Essa realidade foi considerada no levantamento das quantidades (item 4 deste ETP).

#### **e. Análise sobre possível aglutinação de itens**

Com fundamento no art. 40, §2º, inciso I da Lei n.º 14.133/2021 e nas orientações do Tribunal de Contas da União, a equipe de planejamento avaliou a pertinência temática e funcional entre os serviços, com vistas a eventual aglutinação por lote. A conclusão foi a seguinte:

<b>Serviços</b>	<b>Possibilidade de Aglutinação</b>	<b>Justificativa</b>
Cerimonialista + Mestre de cerimônias	Sim	Integram a mesma cadeia funcional na condução de eventos, com forte sinergia técnica e de responsabilidade.
Audiodescrição + Fotografia institucional	Não	Naturezas distintas: um serviço é voltado à acessibilidade, o outro à comunicação institucional. Técnicos e perfis profissionais geralmente não se sobrepõem.
Ornamentação/decoração + Cerimonialista	Sim	Aglutinação prevista no planejamento para facilitar atribuição de responsabilidades, direção e fiscalização, havendo sinergia na execução dos serviços em eventos institucionais.
Fotografia institucional + Cerimonialista	Sim	Justificada pela integração operacional em eventos e experiências prévias de contratações públicas; facilita coordenação e supervisão.
Ornamentação + Fotografia institucional	Sim	Aglutinação observada em outras contratações públicas; favorece a execução conjunta e a padronização estética dos eventos.
Transporte + demais serviços	Não	Trata-se de serviço logístico, com escopo, objeto e regime de execução distintos dos serviços técnicos ou artísticos.

## 6. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS COM O DETALHAMENTO DA FONTE E METODOLOGIAS APLICADAS

Para estimarmos o valor referencial da contratação, utilizamos o entendimento do Instituto Nacional da Contratação Pública (INCP), consignado na [2.<sup>a</sup> edição dos enunciados aprovados pela entidade](#):

**ENUNCIADO 3.**

A estimativa do valor da contratação constante do Estudo Técnico Preliminar, que está relacionada à escolha da solução do que a definição de um preço de referência, não precisa seguir estritamente todas as regras definidas pelo artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a opção por aferições mais simples, quando cabível. (Aprovado por unanimidade)

Assim, vamos utilizar metodologias simplificadas na formação do valor estimado. Na elaboração do Termo de Referência, serão seguidos os critérios do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como as prescrições da Instrução Normativa Seges nº 65/2021.

**a. Metodologias aplicadas e fontes**

A estimativa baseou-se nas seguintes fontes:

I - Para os serviços de transporte, utilizamos as médias dos valores adjudicados da Dispensa de Licitação nº 21/2025, processo SEI 0000432-04.2025.5.17.0500, proposta ao documento SEI nº 1224768. Nos casos em que for cobrado o valor por quilômetro, usamos a estimativa de ressarcimento de combustível do ATO SEADM/PRESI N.º 5/2025 (R\$ 0,59/km), adicionando fatores multiplicativos para englobar os custos de depreciação dos veículos, manutenção, dentre outros. Usamos, para *Sprinter*, Micro-ônibus e Ônibus, os fatores 4, 7 e 8, respectivamente, adicionado mais 10% nas distâncias superiores a 150 km (por conta do desgaste e do esforço logístico maiores);

II - Para os serviços de audiodescrição, utilizamos como referência os itens 4 e 5 do Grupo 2 da Ata de Registro de Preços nº 024/2022, do TRT-2: atualizamos os valores registrados pelo IPCA acumulado entre setembro de 2022 e maio de 2025 (aproximadamente 14,46%);

III - Para os serviços de cerimonialista (coordenador), mestre de cerimônias e recepcionista, usamos as informações dos processos SEI 0000718-16.2024.5.17.0500 e 0001600-75.2024.5.17.0500, propostas dos documentos 1148383 e 1190580 (valores proporcionalizados e atualizados pelo IPCA entre junho de 2024 e maio de 2025 e entre novembro de 2024 e junho de 2025). Para eventos no interior do ES (fora do TRT-17 e da Grande Vitória), optamos por acrescentar 15% aos valores encontrados. Em alguns casos, os valores não estão proporcionais ao número de horas dos eventos, pois entendemos que essa relação não é estritamente linear, especialmente na transição de eventos de até 4h para eventos de até 8h (consideramos acréscimos de 39%, e não de 50%, pois esse foi o percentual aproximado obtido entre as diferenças de valor constantes das citadas contratações do TRT-17);

IV - Para os serviços de fotografia institucional, utilizamos as informações do processo SEI 0001003-09.2024.5.17.0500, em que houve a contratação, por suprimento de fundos, de serviços de fotografia para a posse das dirigentes do TRT-17 no início de 2025 (valores presentes ao e-mail SEI 1195196). Proporcionalizamos os valores conforme a quantidade estimada de horas dos eventos e adicionamos 15% para eventos fora do TRT-17 e da Grande Vitória. Como nossa referência do processo citado é um evento de 4h, e considerando que a precificação de serviços de fotografia não segue uma relação

linear (devido à existência de custos fixos e variáveis), arbitramos as seguintes faixas percentuais: serviços de fotografia para eventos de até 2h custam 65% do valor de um evento de 4h, e serviços para eventos de até 8h custam 60% a mais do que o valor para um evento de 4h. Nesses casos, foi considerado um item adicional referente à necessidade de um segundo fotógrafo no mesmo evento, com custo correspondente a 70% do valor do primeiro profissional;

V - Para os serviços de ornamentação, partimos dos valores constantes do processo SEI 0001608-52.2024.5.17.0500, proposta ao documento SEI 1184579. Contudo, como os valores estão consolidados sem discriminação por item (o total é R\$ 2.745,00), adotamos a seguinte divisão proporcional dos custos (com a absorção dos custos indiretos nos custos diretos - 25% para os arranjos baixos, 42% para o arranjo frontal e 33% para a locação de cadeiras). Os valores foram atualizados pelo IPCA acumulado entre outubro de 2024 (data da proposta) e junho de 2025; e

VI - Especificamente para a locação de passadeira, consideramos as informações constantes do documento SEI 1228749, constante do processo SEI 0000677-49.2024.5.17.0500. Como o aludido documento precifica a passadeira por metro, realizamos uma aproximação pelo tamanho especificado para o TRT-17 e atualizamos o valor de julho de 2024 a junho de 2025.

A abordagem adotada privilegiou valores praticados em contratações por Sistema de Registro de Preços (SRP), por se tratar da modalidade planejada para o presente objeto.

**b. Quantitativos estimados**

Os quantitativos projetados para os próximos 12 (doze) meses são os presentes no item 4 deste ETP.

**c. Valores estimados**

Serviço	Quantidade Estimada	Unidade	Valor unitário (R\$)
Transporte de pessoas (Grupo 1)			
Transporte em Sprinter ou veículo equivalente - 17 lugares (Grande Vitória para Sede do TRT-17 e vice-versa) - ida e volta	16	veículo/diária	1.330,00
Transporte em micro-ônibus ou veículo equivalente - 20 lugares (Grande Vitória para Sede do TRT-17 e vice-versa) - ida e volta	20	veículo/diária	760

Transporte em ônibus ou veículo equivalente - 40 lugares (Grande Vitória para Sede do TRT-17 e vice-versa) - ida e volta	25	veículo/diária	1.140,00
Transporte em Sprinter ou veículo equivalente - 17 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - até 150 km)	1500	Km	2,36
Transporte em micro-ônibus ou veículo equivalente - 20 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - até 150 km)	1500	Km	4,13
Transporte em ônibus ou veículo equivalente - 40 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - até 150 km)	3000	Km	4,72
Transporte em Sprinter ou veículo equivalente - 17 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - acima de 150 km)	1800	Km	2,60
Transporte em micro-ônibus ou veículo equivalente - 20 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - acima de 150 km)	1800	Km	4,54
Transporte em ônibus ou veículo equivalente - 40 lugares (Da Grande Vitória para interior do Estado - acima de 150 km)	3600	Km	5,19
<b>Serviços de audiodescrição (Grupo 2)</b>			
Audiodescrição simultâneo presencial (Sede do TRT-17)	30	hora	686,78
Audiodescrição simultâneo remoto	10	hora	572,32
<b>Serviços de cerimonial, fotografia e ornamentação (Grupo 3)</b>			

Cerimonialista (coordenador)	45	Diária (8 horas), que podem ser fracionadas conforme a necessidade (0,25 diária ou 0,5 diária)	1.042,02
Mestre de cerimônias (Sede do TRT-17)	60	Evento de até 2 h	532,21
Mestre de cerimônias (Sede do TRT-17)	15	Evento de até 4 h	1.064,42
Mestre de cerimônias (Sede do TRT-17)	10	Evento de 4h a 8h	1.479,74
Recepcionista (Sede do TRT-17)	20	Evento de até 2 h	390,76
Recepcionista (Sede do TRT-17)	25	Evento de até 4 h	781,51
Recepcionista (Sede do TRT-17)	25	Evento de 4h a 8h	1.086,30
Mestre de cerimônias (Unidades do TRT-17, exceto Sede)	35	Evento de até 2 h	612,05
Mestre de cerimônias (Unidades do TRT-17, exceto Sede)	2	Evento de até 4 h	1.224,09
Mestre de cerimônias (Unidades do TRT-17, exceto Sede)	4	Evento de 4h a 8h	1.701,71
Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória)	40	Evento de até 2 h	522,60
Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	10	Evento de até 2 h	365,82
Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória)	35	Evento de até 4 h	804,00
Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	19	Evento de até 4 h	562,80
Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória)	20	Evento de 4h a 8h	1.286,41



Fotografia institucional (Sede do TRT-17 ou Grande Vitória) - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	10	Evento de 4h a 8h	900,49
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória)	20	Evento de até 2 h	600,99
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	5	Evento de até 2 h	420,70
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória)	5	Evento de até 4 h	924,61
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	1	Evento de até 4 h	647,22
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória)	5	Evento de 4h a 8h	1479,37
Fotografia institucional (Espírito Santo, exceto Grande Vitória - Complementação - 2.º Fotógrafo (70% do valor))	1	Evento de 4h a 8h	1035,56
Locação de arranjo baixo de mesa (Sede do TRT-17)	40	Unidade/dia	359,55
Locação de arranjo frontal para mesa de solenidade (Sede do TRT-17)	20	Unidade/dia	1.208,18
Locação de cadeiras com estofado, sem rodinhas e sem braço para composição da mesa de solenidade e áreas adjacentes ao palco (Sede do TRT-17)	280	Unidade/dia	18,98
Locação de passadeira (tapete) medindo, no mínimo, 4 m x 1,5 m (Sede do TRT-17)	5	Unidade/dia	422,50

**Observação sobre as faixas de duração:** Para fins deste ETP, "evento de até 4 h" corresponde a atividades com duração superior a 2 h até o limite máximo de 4 h; já "evento de 4 h a 8 h" abrange aquelas com duração superior a 4 h até o limite de 8 h. Essa sistemática será utilizada para fins de controle dos quantitativos e do devido enquadramento do item para a finalidade de liquidação e pagamento.

**d. Estimativa de custo total**

<b>Grupo</b>	<b>Descrição sucinta do grupo</b>	<b>Subtotal (R\$)</b>
1	Transporte	120.416,40
2	Audiodescrição	26.326,74
3	Cerimonial, fotografia e ornamentação	366.703,14
<b>TOTAL</b>		<b>513.446,28</b>

**e. Observações finais**

O valor estimado preliminar da ata de registro de preços é de R\$ 513.446,28 (quinhentos e treze mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos). A etapa posterior de pesquisa de preços confirmará e documentará os dados com base em cotações formais de fornecedores (que entendemos essencial, dadas as características do objeto). Somente após a devida pesquisa de preços é que haverá o valor estimado da contratação.

Por ora, destaca-se que o valor contido no PCA 2025 para o objeto era de R\$ 217.350,00 (duzentos e dezessete mil trezentos e cinquenta reais), mas essa previsão não contemplava os serviços de transporte. Se compararmos o valor do PCA apenas com o valor estimado preliminar dos Grupos 02 e 03 (R\$ 393.029,88), observamos uma diferença aproximada de 80%. Isso pode ser explicado, ao menos em parte, pelo fato de que a estimativa deste ETP contempla demandas não só da CCOM, mas também da Escola Judicial e do Tribunal como um todo (com projeção de aumento da demanda em 2026, ano em que o TRT-17 completará 35 anos). Ademais, há uma diferença natural entre os preços do PCA e da estimativa atual em virtude da passagem do tempo (o PCA 2025 é elaborado em 2024).

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

A presente contratação visa à prestação de serviços especializados para suporte à realização de eventos institucionais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, contemplando os seguintes grupos:

- **Grupo 1** - Transporte de pessoas:

Abrange o deslocamento de magistrados, servidores, colaboradores e convidados, no âmbito da Grande Vitória e para localidades do interior do Estado do Espírito Santo, mediante utilização de veículos do tipo Sprinter, micro-ônibus e ônibus, com motorista e demais encargos incluídos. A solução prevê a contratação por quilometragem rodada ou por veículo/dia, conforme a localidade do evento, garantindo flexibilidade operacional.

- **Grupo 2 - Audiodescrição:**

Compreende a disponibilização de profissionais capacitados para a realização de audiodescrição em eventos institucionais, presenciais ou remotos, assegurando acessibilidade a pessoas com deficiência visual, conforme disposto na Resolução CNJ nº 401/2021. A solução contempla a prestação por hora de serviço, sendo esperada atuação técnica especializada, com equipamentos próprios, quando necessário.

- **Grupo 3 - Cerimonial, fotografia e ornamentação:**

Inclui serviços de cerimonialista (coordenação e condução de solenidades), mestre de cerimônias, recepcionistas, fotógrafos institucionais e itens de ornamentação (arranjos florais, passadeiras, cadeiras e elementos estéticos), voltados à ambientação e organização dos eventos institucionais. Referidos serviços contratados por evento ou por diária, conforme a natureza e duração da atividade.

A solução proposta contempla a prestação dos serviços sob demanda, podendo ocorrer de forma simultânea e articulada entre os grupos. A modelagem da contratação buscará garantir economicidade e integração entre os serviços, especialmente no que se refere ao Grupo 3, cuja execução integrada favorece a sinergia operacional e a simplificação da fiscalização contratual.

#### **Exigências quanto à assistência técnica e manutenção**

Por se tratar de serviços eventuais e de natureza predominantemente intelectual ou operacional, **não se preveem cláusulas específicas relacionadas à manutenção ou assistência técnica** de bens. No entanto, a contratada deverá garantir:

- Substituição de profissionais ou equipamentos que não cumprirem os requisitos técnicos, éticos ou contratuais;
- Responsabilidade integral por eventuais danos causados a bens públicos ou a terceiros no curso da prestação dos serviços;
- Apoio logístico, por conta da contratada, para instalação e retirada de materiais de ornamentação ou equipamentos utilizados.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO, QUANDO NECESSÁRIO PARA A SUA INDIVIDUALIZAÇÃO**

O objeto da contratação foi analisado sob a perspectiva do parcelamento, conforme estabelecido no art. 11 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e nos arts. 23 e 40 da Lei nº 14.133/2021. Após estudo técnico, concluiu-se pela **individualização do objeto em três grupos**, conforme a afinidade funcional, a natureza dos serviços e a experiência

de contratações similares em outros órgãos públicos:

- **Grupo 1 - Transporte de pessoas:**

Envolve serviços logísticos especializados, com características operacionais e contratuais distintas dos demais grupos. Por sua especificidade e natureza (prestação por quilometragem rodada ou por veículo), justifica-se sua separação dos demais serviços, uma vez que são normalmente prestados por empresas do ramo de transporte fretado, sujeitas a regulamentação própria (inclusive ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) e exigências de habilitação técnica diferenciadas.

- **Grupo 2 - Audiodescrição:**

Trata-se de serviço técnico especializado voltado à acessibilidade, com exigência de qualificação profissional específica. A contratação separada deste grupo visa garantir a efetiva competitividade entre empresas ou profissionais especializados, evitando a restrição da seleção apenas a fornecedores que acumulem múltiplas especialidades, o que comprometeria a isonomia e a vantajosidade da contratação.

- **Grupo 3 - Cerimonial, fotografia e ornamentação:**

A aglutinação dos serviços nesse grupo é justificada por sua afinidade temática, operacional e logística. Há sinergia na execução quando os serviços são prestados de forma integrada, especialmente em eventos institucionais, em que a condução cerimonial, a ambientação estética e o registro fotográfico estão interligados. Além disso, esse agrupamento tem sido adotado em contratações similares realizadas por outros órgãos públicos (ex.: TRT-24, Justiça Federal/PR, CRMV-PE), o que reforça a viabilidade e a razoabilidade da modelagem proposta. Ainda que seja permitida a subcontratação parcial, o agrupamento contribui para a centralização da responsabilidade, a padronização dos serviços e a simplificação da fiscalização.

Essa estratégia está alinhada com o entendimento consolidado na Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Desse modo, o parcelamento do objeto foi adotado com a finalidade de ampliar a competitividade, promover a economicidade e possibilitar a contratação de fornecedores especializados por segmento, sem comprometer a viabilidade técnica, a integridade do objeto ou a eficiência na execução dos serviços. A divisão em grupos permite o equilíbrio entre segmentação e racionalidade administrativa.

## **9. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS**

## DISPONÍVEIS

A contratação dos serviços especializados para apoio a eventos institucionais visa gerar resultados concretos nas dimensões de economicidade, eficiência operacional, acessibilidade e fortalecimento da imagem institucional. Dentre os principais resultados esperados, destacam-se:

### a. **Economicidade**

- A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) permite a contratação conforme a demanda real, evitando a ociosidade de recursos e pagamentos desnecessários;
- O parcelamento por itens possibilita a obtenção de melhores condições comerciais em cada categoria, ao ampliar a competitividade e viabilizar a participação de fornecedores especializados;
- A utilização de estimativas realistas e fundadas em contratações públicas recentes contribui para a aderência dos preços ao mercado e para o controle orçamentário da Administração.

### b. **Melhor aproveitamento dos recursos humanos**

- A contratação sob demanda possibilita o direcionamento dos servidores da CCOM, Sejud e unidades correlatas para atividades estratégicas e de planejamento, evitando a sobrecarga com tarefas operacionais e logísticas durante os eventos;
- Os profissionais contratados complementarão o trabalho das equipes internas, atuando de forma técnica e coordenada, conforme a natureza de cada serviço (cerimonial, acessibilidade, comunicação etc.).

### c. **Aprimoramento da logística e da gestão de eventos**

- A solução proposta permite padronizar os serviços de apoio a eventos, assegurando qualidade, previsibilidade e conformidade com protocolos institucionais;
- A disponibilidade prévia de fornecedores registrados acelera os processos administrativos e reduz o retrabalho com contratações emergenciais.

### d. **Fortalecimento institucional e valorização da cidadania**

- Os serviços contratados permitem melhorar a comunicação com a sociedade, aumentar a acessibilidade dos eventos e ampliar o alcance das ações institucionais, reforçando o papel da Justiça do Trabalho como promotora de cidadania e inclusão;
- A presença de serviços como audiodescrição, fotografia institucional e ornamentação temática confere maior impacto, visibilidade e efetividade aos eventos promovidos pelo Tribunal.

## 10. **PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO, SE NECESSÁRIO, BEM COMO QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

#### **a. Adequação do ambiente do órgão**

A contratação dos serviços para apoio a eventos institucionais não exige obras, reformas ou alterações físicas permanentes nas instalações do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. Contudo, serão adotadas providências operacionais mínimas para viabilizar a execução dos serviços, tais como:

- Reserva de espaços e infraestrutura adequados à instalação de equipamentos de ornamentação e suporte à logística dos eventos;
- Agendamento prévio e coordenação com setores internos, como a Secretaria da Escola Judicial (Sejud) e a Coordenadoria de Comunicação Social (CCOM), para preparar os ambientes conforme o cronograma de eventos;
- Sinalização e ambientação acessível, conforme diretrizes da Resolução CNJ n.º 401/2021, para garantir a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

#### **b. Capacitação e designação de servidores para gestão e fiscalização**

A adequada gestão e fiscalização contratual será garantida por meio das seguintes ações:

- Designação formal de fiscais, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e do ATO TRT 17.ª PRESI N.º 52/2019 - B;
- Capacitação contínua de servidores das unidades envolvidas, como CCOM e Sejud, com foco em: Gestão de contratos por demanda (ata de registro de preços); Boas práticas em fiscalização de serviços de natureza intelectual e logística; Noções de acessibilidade e comunicação institucional;
- Adoção de *checklists* e relatórios-padrão para facilitar o acompanhamento da execução e assegurar a conformidade técnica dos serviços prestados;
- Participação ativa da unidade requisitante na validação dos serviços, especialmente em eventos com maior complexidade logística ou simbólica.

Essas providências visam garantir que a execução do futuro contrato ocorra com segurança jurídica, eficiência administrativa e efetivo controle público.

### **11. INDICAÇÃO DE CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A presente contratação apresenta correlação funcional e operacional com outros contratos e ações já existentes ou em curso no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. Essas conexões devem ser observadas para garantir a harmonia entre os serviços, a eficiência na execução e o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

#### **a. Contratação de intérprete de Libras**

A contratação de serviços de interpretação de Libras, prevista para assegurar acessibilidade comunicacional nos eventos institucionais, ocorre de forma autônoma no Processo SEI n.º 0001947-11.2024.5.17.0500, com planejamento e especificações próprios. Ainda que não esteja incluída no escopo deste ETP, essa contratação está funcionalmente relacionada ao presente objeto, no tocante à promoção da acessibilidade e inclusão nos eventos do Tribunal.

#### **b. Apoio logístico e infraestrutura de eventos**

Outros contratos vigentes ou previstos, como o fornecimento de *coffee break* (Ata de Registro de Preços n.º 01/2024 - processo SEI 0001971-73.2023.5.17.0500), poderão ser utilizados de forma complementar a esta contratação, em conformidade com a natureza e o porte dos eventos. Tais contratações são independentes, mas devem ser planejadas de forma integrada para garantir coerência na execução.

**c. Articulação com contratos de comunicação institucional**

Os serviços de fotografia institucional, incluídos neste ETP, possuem relação com a produção e veiculação de conteúdo audiovisual institucional. Eventuais contratos de publicidade, produção gráfica ou gestão de redes sociais devem ser alinhados quanto à linguagem visual, pautas e finalidade de uso das imagens produzidas.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

A presente contratação envolve a prestação de serviços para apoio a eventos institucionais, incluindo transporte de pessoas, cerimonial, audiodescrição, fotografia e ornamentação/decoração. Embora predominantemente de natureza intelectual e logística, o objeto apresenta potenciais impactos ambientais indiretos, especialmente nas atividades presenciais e na utilização de materiais diversos.

Em conformidade com a Resolução CSJT n.º 310/2021, que institui diretrizes para sustentabilidade nas contratações no âmbito da Justiça do Trabalho, foram consideradas as seguintes ações preventivas e medidas mitigadoras:

**a. Potenciais impactos ambientais**

- Consumo de combustíveis fósseis em veículos utilizados para transporte de pessoas;
- Geração de resíduos sólidos oriundos de materiais decorativos, cenográficos e de apoio logístico;
- Consumo de energia elétrica e insumos físicos em eventos presenciais;
- Utilização de materiais com baixa reciclabilidade ou difícil descarte.

**b. Medidas mitigadoras e diretrizes adotadas**

- Incorporação de critérios de sustentabilidade ambiental no edital e nos contratos, nos termos da Resolução CSJT n.º 310/2021 (Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho), tais como:
- Preferência por fornecedores que adotem práticas de gestão ambiental, uso de materiais reutilizáveis e descarte responsável;
- Exigência de reaproveitamento ou descarte ambientalmente adequado de materiais de ornamentação;
- Incentivo ao uso de veículos com menor emissão de poluentes, com preferência para modelos flex ou híbridos;
- Alinhamento às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) 2022-2026 do TRT-17, especialmente no que se refere à ampliação de contratações sustentáveis e ao uso racional de recursos;
- Estimativa proporcional de impacto ambiental e exigência de planejamento

logístico racional, evitando transporte desnecessário e excesso de produção de materiais temporários.

As medidas adotadas visam garantir que a contratação esteja alinhada com os princípios da sustentabilidade, da responsabilidade socioambiental e da economicidade, contribuindo para os compromissos da Justiça do Trabalho com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

### **13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Após a análise técnica e administrativa realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida, tanto sob os aspectos da necessidade institucional quanto da vantajosidade da solução proposta.

A contratação, estruturada por itens e sob a forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), revela-se adequada para atender, com flexibilidade e eficiência, às demandas do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região por serviços de apoio a eventos institucionais, observando-se:

- A compatibilidade com os objetivos estratégicos, o Plano de Logística Sustentável e o Plano de Contratações Anual da instituição;
- A efetiva existência de demanda, evidenciada por manifestações técnicas da CCOM e da Sejud, bem como pela série histórica de ações institucionais similares;
- A possibilidade de contratação conforme a necessidade, sem comprometer o orçamento do órgão ou gerar ociosidade de recursos;
- A existência de soluções disponíveis no mercado, com parâmetros de preço e qualidade compatíveis com as exigências institucionais;
- O atendimento aos princípios da sustentabilidade, da acessibilidade, da economicidade e da eficiência, conforme preveem a Lei n.º 14.133/2021, a Resolução CSJT n.º 364/2023 e a Resolução CSJT n.º 310/2021.

Conclui-se que a contratação proposta é tecnicamente justificável, juridicamente viável e economicamente recomendável, com possibilidade de prosseguimento para as próximas fases do planejamento da contratação (elaboração do Termo de Referência e demais peças processuais).

### **14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

#### **Justificativa para a não realização da Intenção de Registro de Preços (IRP)**

Nos termos do art. 9º, § 2º, do Decreto n.º 11.462/2023, a realização da Intenção de Registro de Preços (IRP) poderá ser dispensada quando o órgão gerenciador for o único contratante da ata.

No presente caso, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região atuará como órgão gerenciador e optou, deliberadamente, por não admitir a participação de órgãos ou entidades como participantes nesta primeira contratação, tendo em vista tratar-se de uma experiência inaugural nesse modelo de registro de preços para serviços diversos de apoio a eventos institucionais.



A medida tem como objetivo permitir o teste do formato da contratação, com foco na avaliação da viabilidade técnica, jurídica e operacional da execução da ata em cenário controlado, com demanda exclusiva do órgão.

Ressalta-se, contudo, que a adesão à ata por órgãos não participantes poderá ser analisada futuramente, caso a caso, nos termos do art. 86 da Lei n.º 14.133/2021, desde que observados os requisitos legais e as condições de vantajosidade para a Administração.

Essa abordagem permite à instituição mitigar riscos iniciais, avaliar a maturidade do modelo e ajustar procedimentos antes de abrir a contratação a entes externos, mantendo a conformidade legal, a eficiência processual e o compromisso com a boa governança.

**Justificativa para optar pela locação (e não pela compra) dos itens de ornamentação, mobiliário, passadeiras e demais bens móveis constantes do ETP (art. 44 da Lei 14.133/2021)**

**1. *Natureza esporádica do uso***

- Os itens em causa (arranjos florais, tapetes, cadeiras estofadas para mesa de solenidade etc.) são necessários apenas quando o TRT-17 realiza eventos institucionais;
- O próprio ETP projeta empregos pontuais: p.ex., 100 cadeiras por evento, 20 arranjos de mesa e 5 passadeiras por dia de utilização;
- Assim, a Administração não mantém uso contínuo que justifique imobilizar capital em bens que ficarão ociosos na maior parte do tempo.

**2. *Economia direta - comparação simplificada de custos***

- Considerando o histórico de eventos do Tribunal, estima-se a necessidade de locação de até 280 cadeiras por ano, distribuídas ao longo de múltiplos eventos;
- A locação de cadeiras custa, em média, R\$ 18,98 por unidade/evento. Assim, o gasto anual estimado com a locação de 280 unidades totaliza aproximadamente R\$ 5.314,40 (280 x R\$ 18,98);
- A aquisição de 280 cadeiras de padrão equivalente, ao custo médio de R\$ 300,00 por unidade, representaria um desembolso imediato de R\$ 84.000,00, sem considerar os custos adicionais com transporte, montagem, limpeza, armazenamento e reposição por desgaste;
- Resultado: a aquisição exigiria aproximadamente 16 eventos para atingir o ponto de equilíbrio (*break-even*), o que ultrapassa o horizonte de 12 meses considerado neste Estudo Técnico Preliminar. Assim, a locação apresenta-se como a alternativa mais vantajosa economicamente para o período analisado.

**3. *Custos indiretos evitados pela locação***

- Armazenagem e logística: seria necessário espaço físico climatizado, vigilância e inventário para tapetes, cadeiras, painéis e arranjos reutilizáveis;
- Manutenção/limpeza e depreciação: móveis estofados e passadeiras exigem higienização profissional; arranjos florais são perecíveis, impossibilitando estoque;
- Obsolescência estética/protocolar: tendências de decoração institucional mudam rapidamente; a locação permite contratar materiais atualizados sem descarte de patrimônio público;

- Esses encargos administrativos e ambientais não recaem sobre o TRT-17 quando os bens são locados.

#### 4. *Flexibilidade contratual e adequação à demanda*

- O ETP propõe lançar Ata de Registro de Preços (Decreto Federal n.º 11.462/2023) justamente para dar elasticidade de quantitativos à contratação, pagando apenas o que for efetivamente executado em cada cerimônia;
- Em eventual pico de demanda (evento de grande porte) basta requisitar número maior de itens, algo que seria inviável se o Tribunal dependesse de estoque próprio.

#### 5. *Conformidade legal e boas práticas*

- O art. 44 da Lei n.º 14.133/2021 determina que, havendo alternativa entre comprar e locar, o ETP deve "indicar a alternativa mais vantajosa";
- O Manual de Licitações e Contratos do TCU adverte que a ausência de análise comparativa pode levar a desperdício de recursos;
- A solução de locação atende ao interesse público, maximiza economicidade e reduz riscos logísticos, ambientais e de obsolescência - requisitos reconhecidos para a fase de levantamento de mercado.

Com base nos quantitativos e valores estimados no ETP, bem como na avaliação dos custos diretos e indiretos relacionados à aquisição, a locação dos bens se revela a alternativa mais vantajosa para o TRT-17, em estrita consonância com o art. 44 da Lei n.º

14.133/2021 e com as boas práticas de planejamento apontadas pelo TCU.

#### **Características adicionais da contratação**

Com base nos estudos e elementos técnicos consolidados neste Estudo Técnico Preliminar, indicam-se a seguir as diretrizes a serem adotadas nos demais artefatos da contratação:

- **Critério de julgamento:** Menor preço, conforme previsto no art. 33, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, dada a divisibilidade do objeto e a possibilidade de comparação objetiva entre as propostas.
- **Modo de disputa:** Aberto, conforme art. 56, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por se tratar de um modo que permite o esgotamento das estratégias de maximização dos lucros, segundo a [doutrina do Prof. Victor Amorim](#);
- **Rito do certame:** Ordinário, nos termos do art. 17 da Lei n.º 14.133/2021, com julgamento das propostas antes da habilitação;
- **Regime de execução:** Indireta, com fornecimento dos serviços por empresa especializada, sem vínculo de subordinação direta com a Administração;
- **Divulgação do orçamento estimado:** O orçamento estimado será divulgado integralmente, conforme prevê o art. 24, § 1º, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por se tratar da regra geral de publicidade/transparência;
- **Garantia contratual:** Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista o risco reduzido de inadimplemento, a execução sob demanda, o baixo impacto financeiro dos serviços contratados individualmente e o fato de se tratar de SRP.

- Anexo do ETP - Mapa de Riscos (conforme Anexo II da Resolução CSJT n.º 364/2023) - SEI 1251319

**(assinado eletronicamente)**

Edson Torres Nunes Filho - CCOM

Leandro Talma de Paula - Sejud

Matheus Barbosa de Oliveira e Silva - Digoc



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Barbosa De Oliveira E Silva**, **Analista Judiciário**, em 05/08/2025, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Edson Torres Nunes Filho**, **Técnico Judiciário**, em 05/08/2025, às 18:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Talma de Paula**, **Técnico Judiciário**, em 07/08/2025, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.trt17.jus.br/principal/documentos/autenticidade> informando o código verificador **1251313** e o código CRC **15634336**.

---

0000192-15.2025.5.17.0500

1251313v3